CIBERATIVISMO DE MULHERES TRANS NO BRASIL: RESISTÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE

CYBERACTIVISM OF TRANS WOMEN IN BRAZIL: RESISTANCE AND SUBJECTIVATION IN RECENT ACADEMIC PRODUCTION

Amanda Cristina Gontijo Silva[1]

Resumo: este artigo analisa a produção acadêmica brasileira sobre o ciberativismo de mulheres trans, com foco na última década (2014–2024), e tem como objetivo compreender como esse fenômeno tem sido abordado nas publicações científicas nacionais. Trata-se de uma revisão sistematizada de literatura que adota abordagem qualitativa e utiliza a análise temática como método de tratamento dos dados. Foram selecionados dezesseis artigos científicos, localizados em bases como Scielo, LILACS, Google Acadêmico e Semantic Scholar, a partir de critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, com destaque para estudos que envolvem o ciberespaço, o ativismo digital e a identidade de mulheres trans. A análise dos artigos revelou quatro grandes eixos temáticos: ciberativismo, transfeminismo, resistência e transfobia. Os resultados demonstram que o ambiente digital tem se constituído como espaço de subjetivação, organização política e enfrentamento das normas cis-heteronormativas, sendo utilizado por mulheres trans para construir redes de apoio, denunciar violências e afirmar suas identidades. A pesquisa também identificou lacunas na literatura, como a ausência de padronização do termo "ciberativismo" nos indexadores científicos e a frequente sobreposição de conceitos como mulher trans, travesti e transfeminina, sem a devida distinção analítica nos estudos. Conclui-se que o ciberativismo de mulheres trans no Brasil representa um campo de resistência ativa e (re)existência, desafiando estruturas históricas de exclusão e contribuindo para a construção de novas epistemologias feministas e trans. O estudo reforça a importância de abordagens interseccionais, transfeministas e decoloniais na análise das dinâmicas de poder e identidade no ambiente digital contemporâneo.

Palavras-chave: Ciberativismo; Transfeminismo; Identidade de gênero; Resistência digital; Revisão sistematizada.

Abstract: this article analyzes Brazilian academic production on the cyberactivism of trans women over the past decade (2014–2024) and aims to understand how this phenomenon has been addressed in national scientific publications. It presents a systematized literature review with a qualitative approach, using thematic analysis as the method for data treatment. Sixteen scientific articles were selected from databases such as Scielo, LILACS, Google Scholar, and Semantic Scholar, based on predefined inclusion and exclusion criteria, emphasizing studies that address cyberspace, digital activism, and the identity of trans women. The analysis revealed four main thematic axes: cyberactivism, transfeminism, resistance, and transphobia. The results show that the digital environment has become a space of subjectivation, political organization, and confrontation of cis-heteronormative norms, used by trans women to build support networks, report violence, and affirm their identities. The study also identified gaps in the literature, such as the absence of standardization of the term "cyberactivism" in scientific indexers and the frequent overlap of concepts like trans woman, travesti, and transfeminine without analytical precision. It concludes that the cyberactivism of trans women in Brazil represents a field of active resistance and (re)existence, challenging historical structures of exclusion and contributing to the construction of new feminist and trans epistemologies. The study reinforces the importance of intersectional, transfeminist, and decolonial approaches in analyzing the dynamics of power and identity in the contemporary digital environment.

Keywords: Cyberactivism; Transfeminism; Gender identity; Digital resistance; Systematized review.

[1] Psicóloga (PUC Minas) e Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua na interface entre gênero, cibercultura e processos de subjetivação, com ênfase em violência, saúde mental e dinâmicas sociais contemporâneas. Desenvolve pesquisas em Psicologia Social com enfoque crítico e feminista transnacional.

1 INTRODUÇÃO

O ciberespaço tornou-se um espaço crucial para a organização de identidades, afetos e lutas políticas. Essas lutas e formas de organização, atualmente, ocorrem a partir do ciberativismo, fenômeno online utilizado para promover visibilidade, denunciar violências, articular redes de apoio e produzir narrativas próprias, a partir de ferramentas e plataformas online (Eliane Queiroz, 2017).

Nesse contexto, o ciberativismo emerge como uma forma contemporânea de militância que utiliza plataformas digitais para promover visibilidade, resistência e mobilização social. Para mulheres trans, cuja trajetória histórica tem sido marcada pela exclusão, marginalização e violência, o ambiente *online* representa tanto um espaço de vulnerabilidade quanto de possibilidade. As redes sociais têm sido utilizadas como ferramentas de afirmação de identidade, denúncia de violências e construção de redes de apoio e solidariedade.

Trata-se de um campo de resistência simbólica e política, no qual o ciberespaço se configura como território de (re)existência, subjetivação e disputa de sentidos frente às estruturas cis-heteronormativas. O ciberativismo, nessa perspectiva, vai além da mera comunicação digital, sendo uma estratégia de afirmação identitária e de construção de novas epistemologias, ampliando a presença de vozes trans nos debates sociais e acadêmicos.

Este artigo tem como objetivo compreender como o ciberativismo de mulheres trans tem sido abordado na produção acadêmica brasileira, por meio de uma revisão sistematizada da literatura publicada entre 2014 e 2024. A análise buscou identificar os descritores utilizados, os temas mais recorrentes, as perspectivas teóricas adotadas e as proposições metodológicas e políticas apresentadas pelas pesquisas realizadas dentro deste período.

A revisão foi guiada por critérios de inclusão rigorosos, característicos de revisões sistematizadas (Virginia Clarke; Victoria Braun, 2006), onde os critérios foram: apenas artigos científicos em português, com acesso disponível, que abordassem de forma empírica ou teórica o ativismo digital de mulheres trans no Brasil. A metodologia adotada foi qualitativa, com base na análise temática, permitindo uma discussão mais ampliada a partir da sistematização de padrões, categorias e recorrências nos textos analisados. Dentre os eixos temáticos identificados, quatro eixos principais emergiram dos dados: ciberativismo, transfeminismo, resistência e violência/transfobia.

Os resultados indicam que, apesar da escassez de estudos sistematizados sobre o tema, e da ausência de descritores em relação ao fenômeno do ciberativismo, há uma crescente produção que reconhece o ciberespaço como território político de resistência, subjetivação e disputa simbólica. Ainda assim, há desafios como a inconsistência

terminológica na literatura e o apagamento histórico das epistemologias trans nos campos acadêmico e político.

Ao dar visibilidade às produções acadêmicas sobre o ciberativismo de mulheres trans, este artigo busca contribuir para a consolidação de um campo de estudos ainda emergente, mas fundamental para compreender as novas formas de ativismo e resistência no contexto digital e suas implicações para os direitos humanos, a cidadania e a justiça social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ciberespaço tem se consolidado como um lócus relacional de subjetivação, onde práticas de resistência, organização política e produção identitária se articulam de forma singular. Segundo Pierre Lévy (1998), o ciberespaço é um meta-meio que promove novas formas de sociabilidade, permitindo a criação de redes simbólicas e coletivas. No caso das mulheres trans, esse ambiente virtual oferece oportunidades de visibilidade, reconhecimento e construção de narrativas contra-hegemônicas que desafiam o apagamento histórico a que estão submetidas (K.J Rawson, 2014).

Nesse contexto, o ciberativismo emerge como prática política fundamental. Como pontua Eliane Queiroz (2017), o ciberativismo é a ação de mobilização social realizada em meios digitais, utilizando plataformas como redes sociais para denúncia de violências, articulação de pautas e construção de comunidades. Para mulheres trans, esse ativismo online representa não apenas uma estratégia de enfrentamento da transfobia, mas também um processo de subjetivação e afirmação política de existência (Nascimento; Cruz, 2021).

A compreensão dessas dinâmicas exige uma abordagem crítica e analítica sobre gênero e suas teorias. Para tanto, podemos recorrer a Judith Butler (2004) quando propõe que gênero é performativo, ou seja, constituído por atos reiterados que consolidam uma identidade socialmente inteligível. Essa perspectiva rompe com concepções essencialistas e biologizantes, permitindo compreender gênero como construção discursiva e histórica.

Pensando a partir das perspectivas do Sul Global e do pensamento anti-imperialista, Berenice Bento (2008) aprofunda a análise sobre gênero ao discutir as identidades de mulheres trans e travestis como processos de autoafirmação política diante das normas cis-heteronormativas. Para a autora, essas identidades não são apenas expressões individuais de gênero, mas práticas coletivas de resistência que desafiam estruturas de poder historicamente coloniais e patriarcais presentes no cenário brasileiro. Ao tensionar o caráter normativo das categorias de gênero e sexualidade, Bento evidencia como a experiência trans e travesti produz deslocamentos epistemológicos, abrindo espaço para outras formas de existir e narrar-se no mundo.

O transfeminismo, nesse sentido, representa um deslocamento epistemológico necessário dentro das teorias feministas. Ele insere as vivências trans no debate político e

teórico, propondo uma crítica interseccional às formas de exclusão dentro dos próprios movimentos feministas (Cardoso, 2023). Ao reivindicar o reconhecimento das pluralidades de gênero, o transfeminismo opera como ferramenta analítica e prática de resistência, articulando raça, classe, sexualidade, território e identidade em uma crítica à colonialidade do saber (Nascimento; Cruz, 2021).

A interseccionalidade, conforme formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), é central para essa abordagem. Ela permite compreender como múltiplas opressões se articulam e produzem realidades específicas de exclusão. No caso das mulheres trans, especialmente negras, periféricas, excluídas socio-politicamente, e em situação de vulnerabilidade econômica, essas opressões se somam, potencializando processos de violência.

A partir de Patrícia Collins (2020), a interseccionalidade é vista como uma matriz de dominação que opera de forma interligada, estruturando desigualdades e hierarquias sociais. No ambiente digital, essas formas de opressão são reproduzidas, mas também desafiadas, através da produção de discursos dissidentes como por exemplo através do ciberativismo, como demonstram os estudos e seus dados levantados por meio da presente pesquisa.

Assim, esta fundamentação teórica sustenta a análise do ciberativismo como uma prática de resistência trans, situada em um contexto de disputa simbólica, de afirmação identitária e de enfrentamento da violência institucional. A articulação entre cibercultura, transfeminismo e interseccionalidade permite compreender o potencial político dos espaços digitais para a reconfiguração de subjetividades dissidentes e a transformação das estruturas normativas que sustentam a transfobia.

2.1 CIBERATIVISMO E RESISTÊNCIAS NO CIBERESPAÇO

O ciberativismo pode ser compreendido como uma prática de resistência que se materializa no ambiente digital por meio de ações políticas, afetivas e discursivas voltadas à contestação de normas opressoras e à afirmação de identidades dissidentes. No caso das mulheres trans, o ciberespaço configura-se como um território simbólico de (re)existência, no qual se tornam possíveis a criação de redes de apoio, a denúncia de violências estruturais e a produção de narrativas alternativas. A internet e as redes sociais não apenas potencializam a visibilidade dessas vozes, mas também desafiam o monopólio de produção de sentido exercido pelas instituições tradicionais.

Como aponta Pierre Lévy (1999), o ciberespaço promove novas formas de sociabilidade e organização coletiva, o que permite às mulheres trans ocuparem esse espaço como campo de disputa simbólica e política. O ciberativismo, portanto, não é apenas reativo à violência, mas também propositivo na criação de novas epistemologias e na construção de subjetividades insurgentes.

Nesse contexto, emergem práticas específicas que articulam ativismo político e produção cultural digital. Um exemplo é a audiovisibilidade, entendida como a produção e disseminação de imagens e vídeos que combinam elementos de entretenimento e ativismo político, mobilizando trajetórias e narrativas visuais como instrumentos de resistência e intervenção social (Cardoso, 2023). Tais práticas permitem que as experiências e reivindicações das mulheres trans alcancem públicos mais amplos, rompendo barreiras comunicacionais e produzindo novos repertórios de ação política.

As políticas de audiovisibilidade assim como o escopo do ciberativismo, podem assim ser compreendidas como estratégias de resistência digital, que reúne estratégias e práticas voltadas ao enfrentamento das opressões e das violações de direitos em ambientes digitais. Essas estratégias incluem a denúncia de injustiças, a organização de movimentos sociais, a ampliação da visibilidade de pautas marginalizadas e a construção de narrativas contra hegemônicas que questionam o status quo (Nascimento; Cruz, 2021).

Assim, o ciberativismo não se limita a uma reação frente à violência, mas configura-se como espaço propositivo, voltado à produção de novas epistemologias e de subjetividades insurgentes que desestabilizam as normas cis-heteronormativas e ampliam os horizontes de luta por reconhecimento e transformação social. Por Cis-heteronormatividade entendemos aqui como uma estrutura normativa que privilegia identidades cisgêneras e heterossexuais, resultando na marginalização e abjeção de identidades que divergem dessas normas (Mériti Souza; Marcelo Prado, 2019).

As normas cis-heteronormativas atuam como estruturas reguladoras que delimitam quais identidades e corpos são socialmente inteligíveis e aceitáveis, relegando ao campo da abjeção aqueles que não se conformam aos padrões de gênero e sexualidade hegemônicos (Judith Butler, 2004). Essa lógica produz corpos considerados “fora do lugar” e, portanto, tratados como abjetos ou indignos de reconhecimento pleno.

Judith Butler (2004) argumenta que a abjeção se refere a sujeitos cujas existências desafiam a matriz heterossexual normativa, posicionando-os nas margens do campo social, enquanto Souza e Prado (2019) destacam como a cis-heteronormatividade reforça processos de marginalização e exclusão de corpos dissidentes.

No ciberespaço, a abjeção de corpos dissidentes ocorre por meio da reprodução de normas cis-heteronormativas que determinam quais identidades são consideradas legítimas ou visíveis. Plataformas digitais, muitas vezes, replicam a lógica social de exclusão presente no espaço físico, seja por meio de discursos de ódio, práticas de silenciamento ou algoritmos que privilegiam conteúdos alinhados à normatividade.

Assim, o ciberativismo opera como uma resposta ativa à abjeção: ele transforma um espaço potencialmente hostil em um território de resistência, onde corpos antes silenciados produzem suas próprias narrativas, questionam a legitimidade das normas excludentes e reivindicam novos lugares de existência social (K. J. Rawson, 2014).

No ciberativismo de mulheres trans, o uso de *hashtags* como forma de ciberativismo também cumpre papel central na agregação de conteúdos, narrativas e mobilizações (dado coletado através da pesquisa bibliográfica). Enquanto o ciberativismo se refere ao ativismo realizado em ambientes *online* a partir da agregação de indivíduos e grupos por meio das tecnologias, a *folksonomia* com o uso das *tags* contribui para esse processamento, permitindo que as informações sobre causas e movimentos sejam facilmente agregadas, disseminadas e encontradas (Juliana Assis; Maria Moura, 2013).

A *folksonomia* pode ser compreendida como um sistema de classificação colaborativa criado pelos próprios usuários da internet, sem a rigidez hierárquica típica das taxonomias tradicionais (Juliana Assis; Maria Moura, 2013). Essa prática ocorre por meio da atribuição de etiquetas (*tags*), que possibilitam a organização e o agrupamento de conteúdos digitais com base em interesses coletivos e experiências compartilhadas. Tais "etiquetas digitais" não apenas ampliam a visibilidade das pautas trans, mas também constituem espaços de subjetivação e resistência, permitindo que as próprias comunidades definam as categorias por meio das quais desejam ser reconhecidas.

2.2 TRANSFEMINISMO E IDENTIDADE DE GÊNERO

O transfeminismo, enquanto corrente política e epistemológica, insere as experiências trans no centro do debate feminista, questionando as limitações das abordagens essencialistas de gênero e propondo uma crítica interseccional às múltiplas formas de opressão (Nascimento, 2022). Ele denuncia o apagamento histórico de mulheres trans nos feminismos hegemônicos e afirma que qualquer projeto político comprometido com a emancipação deve considerar as experiências das pessoas trans como parte fundante de sua luta.

Para o transfeminismo, a luta por reconhecimento e justiça social não se restringe à inclusão de novos sujeitos no feminismo hegemônico, mas envolve a reconfiguração das próprias categorias analíticas que sustentam o conceito de "mulher", questionando os limites normativos impostos pela cis-heteronormatividade (Nascimento; Cruz, 2021).

A identidade de gênero, nesse contexto, é compreendida como um processo em constante transformação, produzido nas interações sociais e nas condições históricas que moldam as experiências de cada sujeito. Ciampa (1989), em "O homem em movimento", coletânea organizada por Codo e Lane, aponta que a identidade é contínua e mutável, construída em um emaranhado de relações no contexto sócio-histórico, sendo permanentemente (re)significada nas vivências cotidianas.

A identidade de gênero, nessa perspectiva, é compreendida como uma construção histórica, performativa e relacional, conforme desenvolvido por Judith Butler (2004), e como campo de disputa discursiva, conforme argumenta Berenice Bento (2008). Essa abordagem recusa concepções essencialistas e biologizantes, comuns em parte do feminismo

hegemônico, e afirma que a compreensão de gênero deve se basear nas vivências concretas de corpos historicamente marginalizados (Bento, 2008; Cardoso, 2023).

O transfeminismo latino-americano articula essas compreensões às realidades locais marcadas pela colonialidade, racismo e desigualdade de classe, produzindo uma crítica enraizada que vai além do debate identitário e propõe transformações estruturais nos modos de existência e de organização política (Berenice Bento, 2008). Ele se apresenta como um movimento político e epistêmico que denuncia a exclusão histórica de mulheres trans dos feminismos tradicionais e reivindica a legitimidade de suas experiências como parte constitutiva das lutas de gênero (Nascimento; Cruz, 2021).

Essa perspectiva evidencia que a identidade de mulheres trans e travestis não é apenas expressão individual, mas um processo coletivo de autoafirmação política diante de normas cis-heteronormativas que buscam regulá-las (Bento, 2008). Assim, o transfeminismo é não apenas uma inclusão, mas uma reconfiguração do feminismo a partir das bordas.

2.3 TRANSEPISTEMICIDIO, SUBJETIVIDADE E (RE)EXISTÊNCIA

A teoria interseccional, formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), oferece ferramentas fundamentais para compreender como diferentes sistemas de opressão (como o racismo, o sexismo, a transfobia e a desigualdade de classe) se articulam de forma complexa na vida das mulheres trans. No contexto dos ativismos digitais, essa abordagem permite identificar como as desigualdades atravessam também o ciberespaço, ao mesmo tempo em que este se torna um espaço para a produção de resistências interseccionais.

Patricia Hill Collins (2016) destaca que a interseccionalidade deve ser entendida como uma matriz de dominação, mas também como uma estratégia analítica para visibilizar experiências historicamente silenciadas. No ambiente digital, as mulheres trans racializadas, pobres e periféricas criam conteúdos, coletivos e movimentos que expressam suas demandas específicas, ampliando o alcance das lutas sociais e construindo formas alternativas de reconhecimento.

A presença de mulheres trans nos ambientes digitais evidencia como essas opressões interseccionais se manifestam em práticas de violência simbólica, exclusão de algoritmos ou ataques transfóbicos organizados, mas também como esses espaços são ressignificados como arenas de resistência política (Bento, 2008; Nascimento; Cruz, 2021). Os ativismos digitais interseccionais, portanto, rompem com a lógica hegemônica de militância única e criam espaços plurais de escuta, articulação e transformação social.

Os ativismos digitais interseccionais articulam a denúncia dessas múltiplas violências à produção de narrativas alternativas e de epistemologias próprias, valorizando experiências subalternizadas e questionando hierarquias estabelecidas. Collins (2016) destaca que a interseccionalidade não é apenas uma lente descritiva, mas também um projeto político, e isso se confirma na prática do ciberativismo de mulheres trans, que utiliza *hashtags*,

campanhas e produção de conteúdo audiovisual como instrumentos de visibilidade e mobilização coletiva. Essas ações demonstram como o ambiente digital pode operar, simultaneamente, como espaço de reprodução de desigualdades e como território de (re)existência e transformação social.

2.4 TEORIA INTERSECCIONAL E ATIVISMOS DIGITAIS

A violência contra pessoas trans se manifesta de maneira multifacetada, articulando dimensões simbólicas, políticas e epistêmicas. A transfobia constitui um elemento central desse processo, operando como mecanismo de marginalização que produz exclusão social, precarização das condições de vida e expectativa de vida significativamente inferior para pessoas trans (Benevides; Nogueira, 2022 Passos, 2022).

Essa violência se sustenta no cissexismo, que, ao normatizar a experiência cisgênera como legítima e desejável, marginaliza e invalida identidades que divergem dessa norma (Nunes, 2017). A estrutura cissexista não apenas atua no plano das relações interpessoais, mas também organiza sistemas sociais, jurídicos e acadêmicos, estabelecendo quais corpos, narrativas e saberes são reconhecidos como legítimos.

Essa dinâmica de exclusão atinge diretamente os espaços de subjetivação, compreendidos como arenas de negociação de significados nas quais os sujeitos dão sentido às suas experiências e constroem suas identidades (González Rey, 2004). Quando esses espaços são atravessados por discursos transfóbicos e cissexistas, limitam-se as possibilidades de produção de sentido para sujeitos trans, restringindo seus modos de existir socialmente.

Nesses contextos, a produção subjetiva, processo criativo pelo qual os sujeitos se apropriam, reinterpretam ou resistem aos significados dominantes, é profundamente tensionada (González Rey, 2004). Ainda assim, a subjetivação, já entendida como fenômeno socialmente constituído, mas não totalmente determinado e emergente das interações e práticas culturais, abre possibilidades de resistência e reinvenção (González Rey, 2004).

No entanto, a violência contra pessoas trans não se restringe à esfera física ou simbólica; ela alcança o plano epistêmico. O transepistemicídio é uma expressão dessa violência, uma forma de apagamento sistemático que busca não apenas excluir corpos trans, mas eliminar seus saberes e epistemologias, impedindo que produzam e legitimem conhecimento a partir de suas próprias experiências (Cardoso, 2023).

Esse processo reforça hierarquias de poder que silenciam vozes trans, negando-lhes o direito à construção e disseminação de suas próprias narrativas. Diante desse cenário, a resistência digital emerge como estratégia fundamental de enfrentamento.

Por meio das redes digitais, sujeitos trans têm criado espaços alternativos de subjetivação, mobilizando recursos para denunciar injustiças, construir redes de apoio e produzir narrativas contra-hegemônicas. Esses espaços digitais desafiam as normas cis-

heteronormativas, ampliando as possibilidades de produção subjetiva e resistindo aos efeitos do transepistemicídio, ao mesmo tempo que fortalecem epistemologias situadas e dissidentes.

3 PROCESSO METODOLÓGICO

Este estudo adota como abordagem uma revisão sistematizada da literatura com enfoque qualitativo, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar a produção científica nacional sobre o ciberativismo de mulheres trans, publicada entre 2014 e 2024. A seleção dos estudos seguiu critérios rigorosos de inclusão: artigos científicos em português, com acesso disponível, publicados em periódicos brasileiros e que abordassem o ciberativismo de mulheres trans como foco principal.

Foram excluídos artigos anteriores a 2014, em línguas estrangeiras, com foco em outros grupos (como homens trans ou pessoas cisgênero), que não abordassem o ambiente online ou que não estivessem disponíveis em acesso aberto. A busca foi realizada nas bases Scielo, LILACS, Google Acadêmico, CAPES e Semantic Scholar, utilizando os descritores: “ciberativismo”, “transfeminismo”, “mulheres trans”, “identidade de gênero” e variações como “travestis” e “pessoas transfemininas”.

A análise dos artigos selecionados foi conduzida por meio da análise temática (Braun; Clarke, 2006), a partir de uma perspectiva construcionista. Após leitura integral e elaboração de fichamentos analíticos, os temas foram organizados em quatro eixos centrais: (1) ciberativismo, (2) transfeminismo, (3) violência e transfobia, e (4) resistência digital.

A amostra final da revisão sistematizada foi composta por 16 artigos científicos, organizados abaixo em tabela (Tabela 1) demonstrativa no formato Autor/Título/Ano, publicados entre 2014 e 2024, sendo:

TABELA 1 – Representação de artigos selecionados para a análise.

	Autores	Título do Artigo	Ano
1	Barbosa, B. R. S. N.; Silva, L. V.	**Transexualidade, violência e ciberespaço: Um estudo etnográfico digital.**	2017
2	Barreira, M. M. L.; Maia, L. M.	**Ações ciberativistas LGBTQIA+ no YouTube: Identidades e minorias ativas.**	2022
3	Borelli, S. H. S., Machado, M. das D.; Dias, M. R.	**Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #SomosTodasVerônica: Mídia, transfobia e violência.**	2017
4	Cardoso, T. V. B.	**Transfeminismo: Apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo.**	2023
5	Carvalho, M. F. L.; Carrara, S.	**Ciberativismo trans: Considerações sobre uma nova geração militante**	2015
6	Cruz, M. H. S.; Nascimento, A. P. L.	**Feminismos contemporâneos: Mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista.**	2021
7	Ferreira, R. F.	**Produção representativa de imagens como ferramenta de luta, inserção e permanência trans em espaços públicos.**	2021

8	Grunvald, V.	**Terrorismos e pontes do musicar local: Linn da Quebrada e seu artivismo de reXistência e desidentificação.**	2022
9	Jesus, J. G.	**Feminismos contemporâneos e interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista.**	2018
10	Limeira, M. C.; Farias, A. C.	**Ciberativismo feminista no Brasil: A transformação da aceitação dos corpos femininos diversos no Instagram.**	2021
11	Luz, P. J. M.; Bonin, J. A.	**Formações políticas de mulheres transgêneras: Caminhos para a construção de uma cidadania transcomunicativa.**	2021
12	Marsicano, A. C. O.; Tesser, T. P.	**Epistemologia essencialista e (anti)feminismos transexcludentes: Biologizando o gênero nas redes sociais.**	2024
13	Medeiros, B. N., Castro, G. H. C.; Siqueira, M. V. S.	**Ativismo trans e reconhecimento: Por uma "transcis-rexistência" na política brasileira.**	2022
14	Nascimento, A. P. L.; Cruz, M. H. S.	**Ciberativismos feministas e transfeministas no Brasil.**	2021
15	Nunes, R.	**A identidade transfeminista através da rede.**	2017
16	Souza, M.; Prado, M. O.	**Violências, mulheres travestis, mulheres trans: Problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações.**	2019

Fonte: Autora (2026)

3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise de 16 artigos selecionados, foi possível identificar que o ciberespaço tem se constituído como espaço estratégico de visibilidade, enfrentamento e subjetivação para mulheres trans no Brasil.

O eixo *ciberativismo* aparece como ferramenta de denúncia, organização política e construção de narrativas próprias, principalmente em plataformas como Instagram, *YouTube* e *Twitter*. Ainda no contexto do ciberativismo de mulheres trans, a *folksonomia* se materializa como importante dado, aparecendo através no uso de *hashtags* como "#TransResiste" e "*#TransLivesMatter*"[2], que funcionam como marcadores semânticos capazes de agregar narrativas, denúncias e ações políticas em ambientes digitais.

O *transfeminismo* foi identificado como o principal referencial teórico dos estudos analisados, articulando pautas de gênero com interseccionalidades como raça, classe e sexualidade. Autoras como Berenice Bento, Judith Butler, Patrícia Hill Collins, entre outras, são recorrentes nos textos analisados.

No eixo *violência e transfobia*, destacam-se os relatos de experiências de exclusão e ataques transfóbicos em ambientes digitais, bem como a denúncia da ausência de políticas públicas de proteção e reconhecimento. A transfobia estrutural se expressa nas plataformas digitais por meio de discursos de ódio, silenciamento e marginalização.

Já o eixo *resistência* enfatiza as estratégias de (re)existência das mulheres trans: a ocupação simbólica dos espaços *online*, a produção de conteúdo ativista, o engajamento em

[2] Tradução: #VidasTransImportam.

redes de apoio e a proposição de epistemologias trans. Essa (re)existência se expressa tanto pela visibilidade quanto pela criação de comunidades digitais que desafiam as regras de existência impostas pelo cis-tema.

3.2 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

A análise revelou que o ciberativismo não é apenas uma estratégia de comunicação, mas um dispositivo político de afirmação identitária e insurgência contra as normas cis-heteronormativas. Mulheres trans têm transformado o ambiente digital em trincheiras de resistência e produção de subjetividades plurais. No entanto, a literatura ainda carece de maior sistematização conceitual sobre o termo "ciberativismo", assim como de distinções mais precisas entre as identidades travesti, trans e transfeminina.

As produções analisadas demonstram que o ativismo digital de mulheres trans, ao mesmo tempo que denuncia a violência, produz espaços de subjetivação e possibilidades de futuro. A luta por reconhecimento não se limita à visibilidade, mas atravessa a disputa por linguagem, poder e pertencimento, elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno na contemporaneidade.

Durante a pesquisa, constatou-se a ausência do termo "ciberativismo" nos principais indexadores e bases de dados consultados, tanto em sua forma original quanto em variações semânticas. Essa lacuna indica uma fragilidade na padronização terminológica utilizada pelos sistemas de indexação, o que pode limitar a recuperação de estudos relacionados ao ativismo digital no contexto brasileiro.

Tal ausência também evidencia o caráter ainda emergente do campo de estudos, no qual a produção científica se dispersa sob descritores distintos, dificultando a construção de um corpo consolidado de conhecimento. Essa constatação reforça a necessidade de investimentos em políticas de indexação e classificação mais sensíveis às transformações sociais e às novas formas de mobilização política mediadas por tecnologias digitais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dezesseis artigos selecionados permitiu identificar e organizar os dados em quatro categorias temáticas principais: "ciberativismo", "transfeminismo", "violência e transfobia" e "resistência". Esses eixos estruturaram a discussão a partir dos descritores mais recorrentes e das proposições teóricas dos estudos revisados, e atuaram como base para a construção da análise temática dos artigos levantados.

4.1 TEMAS FREQUENTES

Os temas mais recorrentes nos artigos levantados pela pesquisa sistematizada foram: identidade de gênero, ativismo digital, transfeminismo, violência simbólica e institucional, interseccionalidade e representatividade. As palavras-chave mais utilizadas foram "ciberativismo, "transfeminismo", "resistência digital" e "identidade de gênero". Observou-se ainda, a partir da análise dos artigos selecionados e construção da pesquisa bibliográfica que monta o referencial desta pesquisa a utilização de *hashtags* como forma de articulação política, tais como *#TransResiste* e *#TransLivesMatter*, destacando a importância da *folksonomia* como ferramenta de agregação discursiva e mobilização.

Os resultados da pesquisa destacaram o uso de *hashtags* como *#TransResiste* e *#TransLivesMatter,* que funcionam como importantes ferramentas de visibilidade e mobilização.

4.2 ÁREAS DE CONHECIMENTO

As publicações analisadas concentram-se, principalmente, nas áreas da Psicologia Social, Sociologia, Educação, Comunicação Social e Ciências Humanas. A predominância dessas áreas evidencia o caráter interdisciplinar do tema, com forte diálogo entre gênero, subjetividade e tecnologia. As universidades com maior volume de publicações foram a UFRGS, a UnB e a UFMG. A maior parte das pesquisas está situada nos estados do Sudeste e Sul do Brasil, revelando uma concentração geográfica da produção.

4.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

As principais bases teóricas dos estudos revisados são construídas a partir da teoria *queer* do transfeminismo latino-americano, da teoria interseccional e das epistemologias decoloniais e críticas à cisnormatividade. Também foram mobilizadas contribuições de autores para refletir sobre performatividade, visibilidade e epistemicídio.

A teoria *queer*, ao problematizar as categorias normativas de gênero e sexualidade, oferece instrumentos para questionar as hierarquias impostas pela cis-heteronormatividade e pela naturalização dos papéis de gênero (Butler, 2004; 2016). O transfeminismo latino-americano, por sua vez, incorpora as experiências de mulheres trans e travestis, enfatizando a importância das dimensões raciais, territoriais e de classe na compreensão das opressões e resistências (Nascimento; Cruz, 2021; Cardoso, 2023).

A teoria interseccional amplia essa análise ao evidenciar a sobreposição de múltiplos marcadores de desigualdade e sua influência nas experiências sociais (Crenshaw, 1989; Collins, 2016), enquanto as epistemologias decoloniais tensionam a produção de conhecimento hegemônico, denunciando o epistemicídio de saberes trans e a exclusão histórica dessas narrativas (Cardoso, 2023).

Esses estudos mobilizam contribuições voltadas à performatividade, à visibilidade e à construção de subjetividades dissidentes, evidenciando um movimento analítico que busca tanto compreender as dinâmicas de opressão quanto valorizar os processos de (r)existência no espaço digital.

4.4 FORMAS DE RESISTÊNCIA E ATIVISMO

A partir das informações levantadas por meio dos artigos analisados, constatou-se que a resistência no ciberespaço se manifesta por meio da criação de redes de apoio, da produção de conteúdo ativista, do compartilhamento de experiências e da ocupação simbólica dos espaços digitais. As mulheres trans utilizam as redes sociais como arenas políticas de denúncia, reconhecimento e construção de subjetividades. O ciberativismo ocorre tanto no compartilhamento de denúncias quanto na organização de manifestações políticas a partir do ambiente digital.

Destacam-se formas de resistência ancoradas na noção de *(re)existência*, onde o ato de viver e narrar-se enquanto mulher trans é, por si, um ato político. Essa resistência se dá frente à violência institucional, à invisibilidade histórica e à exclusão das narrativas hegemônicas de gênero. A produção de conhecimento em *blogs*, redes sociais, vídeos e coletivos também se figura como prática epistemológica de enfrentamento ao transepistemicídio (Cardoso, 2023).

A discussão dos dados revela que, apesar dos avanços em visibilidade e articulação política, o ciberativismo ainda enfrenta limites impostos por plataformas digitais controladas por lógicas capitalistas e algoritmos que operam seletivamente. Assim, o ambiente digital é simultaneamente um espaço de potência e de reprodução de desigualdades.

4.5 ANÁLISE TEMÁTICA: ENTRELAÇANDO EIXOS E SUBTEMAS

A análise temática, enquanto metodologia qualitativa, permitiu identificar, organizar e interpretar padrões de sentido (Braun; Clarke, 2006) nos dezesseis artigos selecionados, revelando quatro eixos principais: ciberativismo, resistência, transfeminismo e interseccionalidade, e violência e transfobia. A partir desses eixos, foi possível compreender como o ciberespaço se configura como um território político de subjetivação, mobilização e enfrentamento das normas cis-heteronormativas.

Os estudos analisados reconhecem o ciberespaço como espaço de subjetivação (González Rey, 2004), no qual mulheres trans constroem identidades e redes de apoio a partir de experiências compartilhadas e significados negociados. Esses ambientes digitais potencializam a produção subjetiva, entendida como a capacidade de reinterpretar normas sociais e criar novos modos de existência, articulando práticas de resistência contra violências históricas.

Os quatro eixos identificados se entrelaçam em um circuito de resistência e produção de conhecimento. O transfeminismo fornece a base teórica para a denúncia das violências estruturais e do transepistemicídio, enquanto o ciberativismo constitui o meio pelo qual essas denúncias são amplificadas e transformadas em ação política. As estratégias digitais de visibilidade e mobilização permitem às mulheres trans superar barreiras institucionais e disputar narrativas historicamente negadas, promovendo um processo de subjetivação coletiva ancorado na resistência.

Em síntese, a análise temática evidencia que a produção científica recente sobre ciberativismo de mulheres trans no Brasil, entre 2014-2024, enfatiza três aspectos centrais: (1) a denúncia das violências estruturais e do silenciamento epistêmico; (2) a construção de práticas transfeministas e interseccionais de resistência; e (3) a utilização do ciberespaço como ferramenta de reconfiguração social e política. Esses achados reforçam a importância de compreender a internet não apenas como meio de comunicação, mas como espaço de agência, disputa de sentidos e produção de subjetividades dissidentes.

4.5.1 TRANSFEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E ENFRENTAMENTO DA TRANSFOBIA

A literatura destaca a emergência do transfeminismo como vertente crítica que incorpora as experiências de mulheres trans e travestis no debate feminista, deslocando o feminismo hegemônico ao questionar concepções essencialistas de gênero (Bento, 2008; Cardoso, 2023). Nessa perspectiva, gênero é compreendido como uma construção performativa (Butler, 2004), produzida historicamente e atravessada por marcadores de raça, classe, sexualidade e território. Essa leitura converge com a abordagem interseccional (Crenshaw, 1989; Collins, 2016), evidenciando como múltiplas camadas de opressão estruturam a exclusão social de mulheres trans.

Os artigos indicam que a transfobia não se restringe a episódios isolados de violência, mas se expressa como fenômeno estrutural e institucional, naturalizado por normas cis-heteronormativas (Souza; Prado, 2019). Tais normas atuam na definição de quem é socialmente reconhecido como sujeito legítimo, produzindo corpos considerados “abjetos” (Butler, 2016) e, em muitos casos, desprovidos de direitos básicos.

Além da violência física, os textos evidenciam o transepistemicídio (Cardoso, 2023), ou seja, o apagamento deliberado de saberes e narrativas trans, que exclui essas experiências do campo acadêmico e político. Esse silenciamento histórico tem consequências diretas na formulação de políticas públicas, nas representações midiáticas e na construção de conhecimentos sobre gênero e sexualidade.

4.5.2 CIBERATIVISMO E RESISTÊNCIA DIGITAL

Em resposta aos processos de violência ao qual estão submetidas as mulheres trans, o ciberativismo emerge como espaço estratégico de resistência e produção de novos sentidos políticos. As mulheres trans utilizam redes sociais como *Instagram*, *YouTube* e *Twitter* para denunciar violências, propor políticas públicas e produzir narrativas próprias.

Esse processo é descrito pelos artigos como forma de resistência digital, baseada em estratégias de visibilidade, formação de redes de solidariedade e mobilização coletiva. Os estudos ressaltam que o ciberativismo opera tanto no nível simbólico, como ao confrontar discursos excludentes e reafirmar identidades; quanto no nível prático, ao viabilizar campanhas, ações de conscientização e mobilizações híbridas (*online* e *offline*).

Essa atuação se alinha ao caráter democrático e expansivo do feminismo de quarta onda, que integra recursos digitais à militância e amplia o alcance de pautas de justiça social (Nascimento; Cruz, 2021). Ao mesmo tempo, parte da literatura problematiza a presença de discursos transexcludentes em ambientes digitais, inclusive dentro de movimentos que se pretendem feministas, apontando que o espaço virtual reproduz tensões e desigualdades já existentes no espaço físico.

Ainda assim, os artigos destacam que a ação política *online* contribui para a criação de redes alternativas de subjetivação, capazes de transformar experiências de exclusão em práticas de resistência coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram que o ciberespaço tem se configurado como um território de resistência e subjetivação para mulheres trans, operando como espaço de visibilidade, denúncia, organização política e construção de redes de apoio. As categorias temáticas identificadas (ciberativismo, transfeminismo, transfobia e resistência) demonstram a centralidade das plataformas digitais na produção de narrativas contra-hegemônicas e na contestação das normas cis-heteronormativas que regulam o reconhecimento social de grupos oprimidos historicamente.

A literatura analisada aponta, ainda, para a emergência de epistemologias trans e transfeministas que tensionam os limites da academia e desafiam o epistemicídio que historicamente marcou a exclusão das vozes trans dos espaços de produção de conhecimento. No entanto, também se identificaram lacunas importantes, como a ausência de padronização terminológica sobre o ciberativismo e a falta de distinção conceitual entre as identidades travesti, mulher trans e transfeminina em alguns dos trabalhos elencados.

Conclui-se que o ciberativismo de mulheres trans no Brasil não se limita à militância *online*, mas constitui um campo complexo de produção política, existencial e epistemológica. Trata-se de uma prática de (re)existência que desafia estruturas de poder e amplia os horizontes de luta por justiça social, reconhecimento e transformação.

Apesar de se consolidar como uma potente ferramenta de transformação social e resistência política, o ciberativismo também é atravessado por limitações estruturais impostas pela própria lógica capitalista de produção e consumo. A circulação de conteúdos em redes sociais está sujeita à atuação de algoritmos, *bots* e sistemas de inteligência artificial que priorizam a visibilidade com base em critérios comerciais e de engajamento.

Esse mecanismo restringe o alcance das narrativas de resistência a grupos específicos, frequentemente reforçando a formação de bolhas sociais, nas quais os conteúdos circulam apenas entre públicos previamente interessados no tema. Tal dinâmica produz uma falsa sensação de engajamento e alcance público, já que a visibilidade permanece confinada a círculos ideologicamente alinhados, reduzindo o potencial transformador dessas práticas. Essa limitação se insere na "lógica infocrática", em que os fluxos comunicacionais mediados por algoritmos não necessariamente ampliam o espaço público, mas tendem a reforçar polarizações e mecanismos de controle (Han, 2018).

Esse cenário evidencia que, embora o ambiente digital amplie vozes historicamente marginalizadas, ele também está inserido em uma ecologia informacional marcada por disputas de poder e interesses econômicos, demandando uma reflexão crítica sobre as condições de sustentabilidade e efetividade das práticas de ciberativismo.

Por isso mesmo, este estudo reforça a importância de abordagens interseccionais, transfeministas e decoloniais para a análise crítica das dinâmicas de poder, gênero e subjetividade no ambiente digital. Este estudo contribui para o fortalecimento de um campo emergente de pesquisas sobre ativismos trans, indicando caminhos futuros de investigação e ação política.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. H.; MOURA, M. A.; ASSIS, J. Folksonomia: a linguagem das tags. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação***,* v. 18, n. 36, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/39062. Acesso em: 30 jul. 2025.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; SILVA, Laionel Vieira da. Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital. **Percurso Acadêmico**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 419-435, jul./dez. 2017.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. São Paulo: ANTRA, 2023. Disponível em: https://antrabrasil.org/dossie2022/. Acesso em: 30 jul. 2025.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa. Acesso em: 30 jul. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CARDOSO, Thomaz V. B. Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p. 119-133, 2023. Disponível em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index. Acesso em: 30 jul. 2025.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. *In*: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 58–75.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução de S. Kossling. São Paulo: Boitempo, 2020. (Trabalho original publicado em 2016).

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, art. 8, 1989. Disponível em: http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8. Acesso em: 30 jul. 2025.

CRUZ, Maria Helena S.; NASCIMENTO, Ana Paula L. Feminismos contemporâneos: mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista. **Educação**, v. 46, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984644446906. Acesso em: 30 jul. 2025.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMEIRA, M. C.; FARIAS, A. C. Ciberativismo feminista no Brasil: A transformação da aceitação dos corpos femininos diversos no Instagram. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, n. 7, v. 5, p. 423–450, 2021.

LUZ, P. J. M.; BONIN, J. A. Formações políticas de mulheres transgêneras: Caminhos para a construção de uma cidadania transcomunicativa. **Revista Conhecimento Online**, n. 14, v. 2, p. 315–338, 2021.

MARSICANO, A. C. O.; TESSER, T. P. Epistemologia essencialista e (anti)feminismos transexcludentes: Biologizando o gênero nas redes sociais. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, n. 24, v. 1, p. 1–14, 2024.

MEDEIROS, B. N., CASTRO, G. H. C.; SIQUEIRA, M. V. S. Ativismo trans e reconhecimento: Por uma "transcis-rexistência" na política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, 2022.

NASCIMENTO, Ana Paula L.; CRUZ, Maria Helena S. Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil. **Journal of Research and Knowledge Spreading**, v. 2, n. 1, e12353, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20952/jrks2112353. Acesso em: 30 jul. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

NUNES, Raul. A identidade transfeminista através da rede. **ANAIS DO XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, v. 11, 2017.

PASSOS, Maria Clara. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

QUEIROZ, Eliane de F. C. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 2-5, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.18224/pan.v7i1.5574. Acesso em: 30 jul. 2025.

RAWSON, K. J. Transgender worldmaking in cyberspace: historical activism on the Internet. **QED: A Journal in GLBTQ Worldmaking**, v. 1, n. 2, p. 38-60, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.14321/qed.1.2.0038. Acesso em: 30 jul. 2025.

REY, Fernando González. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Mériti D.; PRADO, Marcelo D. Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações. **Revista Polis e Psique**, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/83831. Acesso em: 30 jul. 2025.

Recebido em: 30/07/2025
Aceito em: 18/03/2026